



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

- PUBLICADO -

DATA: 24 / 02 / 17

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.mercedes.pr.gov.br

EDIÇÃO: 1242

PUBLICADO

DATA: 24 / 02 / 17

ÓRGÃO: Presente

PÁGINA: 38

Nº EDIÇÃO: 4387

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017

VALIDADE: 11 (onze) meses

Ata nº 37/2017

Identificação: 1372017

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Prefeita, a Exma. Sra. Cleci M. Rambo Loffi, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 331, Loteamento Groff, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, inscrita no CPF sob n.º 886.335.359-04, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.107.835-7, expedida pela SSP/PR, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, e a empresa **Esser & Leonhardt Ltda.**, inscrita no CNPJ sob n.º 04.760.863/0001-18, inscrição estadual n.º 90246684-33, com sede na Av. João XXIII, n.º 473, Centro, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representada por seu sócio gerente, Sr. Dorlai Vilson Leonhardt, inscrito no CPF sob n.º 466.975.099-72, portador da Carteira de Identidade n.º 3.457.748-0, expedida pela SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Dr. João Inácio, n.º 403, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, a seguir denominada **FORNECEDORA**, nos termos do art. 15 da lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n.º 8.883 de 9 de junho de 1994, Lei Federal n.º 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 146/2011 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta da proposta da fornecedora, datada de 07/02/2017, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, suas alterações posteriores e das cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para eventual contratação de empresa para fornecimento de artigos de papelaria, tecidos e aviamentos, material para artesanato e materiais diversos para desenvolvimento das atividades das oficinas disponibilizadas pelo Projeto Piá "Luz do Amanhã", do Município de Mercedes, durante o exercício de 2017, conforme abaixo

Pág 1/12

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85.998-000 - Mercedes - PR.

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

especificados:

LOTE 04

Item	Qtd	unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	2	und	Essência de Baunilha 30ml; <i>Brink Fest</i>	6,15	12,30
2	4	und	Uva Passa 200gr; <i>Zaeli</i>	4,80	19,20
3	10	und	Leite de coco 500 ml; <i>Bom Coco</i>	4,05	40,50
4	15	und	Goiabada 300 gr; <i>Purea</i>	2,37	35,55
5	10	und	Geleia vários sabores 260g; <i>Simon's</i>	6,50	65,00
6	120	und	Creme de Leite 200 gr; <i>CCGL</i>	2,05	246,00
7	60	und	Pó para preparo de gelatina. Diversos sabores; embalado em caixas de aproximadamente 35g; <i>Apti</i>	0,74	44,40
8	20	und	Chocolate em barra 130 gr; <i>Neugebauer</i>	4,05	81,00
9	50	und	Leite condensado 395gr; <i>Marajoara</i>	3,59	179,50
10	10	und	Pêssego em calda metades 430 gr; <i>João e Maria</i>	7,95	79,50
11	10	und	Pó para pudim, varios sabores, 40gr (mín); <i>Apti</i>	0,59	5,90
12	8	und	Doce de leite, 400gr.; <i>Do Leite</i>	2,75	22,00
13	2	und	Adoçante para culinária, embalagem 500gr.; <i>União</i>	8,45	16,90
					847,75

Valor total do LOTE 04: R\$ 847,75 (oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

LOTE 05

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	30	kg	Apresentado Cozido Barra; ; <i>Frimesa</i>	12,20	366,00
2	10	kg	Calabresa; <i>Frimesa</i>	13,08	130,80
3	10	kg	Salsicha; granel; <i>Peperi</i>	5,40	54,00
4	70	kg	Queijo Mussarela barra; <i>Dom Armando</i>	18,85	1.319,50
5	5	kg	Bacon; <i>Aurora</i>	16,12	80,60
					1.950,90

Valor total do LOTE 05: R\$ 1.950,90 (um mil, novecentos e cinquenta reais e noventa centavos)

LOTE 06

Pág 2/12

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85.998-000 - Mercedes - PR.

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

lh



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

Item	Qtd	unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	30	kg	Peito de frango; com osso; congelado; adequadamente embalado; <i>Copagril</i>	5,90	177,00
2	30	kg	Coxa e sobrecoxa; de frango; sem dorso; congelada; adequadamente embalada; <i>Copagril</i>	4,05	121,50
3	110	Kg	Carne Moída, tipo 2; <i>Cooperaliança</i>	12,51	1.376,10
					1.674,60

Valor total do LOTE 06: R\$ 1.674,60 (um mil, seiscientos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

LOTE 08

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	5	und	Arroz. Branco; tipo 1; longo; grãos inteiros; sem sujidades e/ou objetos estranhos; em pacote plástico de 5kg; <i>Caiuá</i>	11,50	57,50
2	10	und	Açúcar. Obtido da cana-de-açúcar; tipo cristal; embalagem com 5 kg; <i>Casa Branca</i>	11,80	118,00
3	10	und	Sagu, extraído e preparado amidos e fécula, em forma 500 gr; <i>Prata</i>	2,58	25,80
4	8	und	Aveia; em flocos regulares; adequadamente embalada; embalagem contendo 400g (mín); <i>Indina</i>	2,99	23,92
5	15	und	Amido de milho. Em pó; isento de sujidades; acondicionado em saco de papel impermeável e reembalado em caixa de 1 kg; <i>Maisena</i>	9,82	147,30
6	5	und	Sal. Refinado. Iodado; em embalagens plásticas contendo 1kg; livre de sujeiras e objetos estranhos; <i>Mais Vida</i>	0,89	4,45
7	20	und	Farinha de trigo. Tipo especial; de cor branca; isenta de sujidades; em embalagem contendo 5kg; <i>Nonita</i>	6,50	130,00
					506,97

Valor total do LOTE 08: R\$ 506,97 (quinhentos e seis reais e noventa e sete centavos)

LOTE 09

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	15	und	Iogurte Natural 165g (diversos sabores); <i>Frimesa</i>	1,29	19,35
2	15	und	Margarina 500 gr sem sal; <i>Soya</i>	2,15	32,25
3	30	und	Requeijão 180gr; <i>Unibaby</i>	3,99	119,70
4	25	und	Iogurte frutas, derivado de leite; pacote, (diversos	2,79	69,75

Pág 3/12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
			sabores) 1 litro; <i>Unibaby</i>		
					241,05

Valor total do LOTE 09: R\$ 241,05 (duzentos e quarenta e um reais e cinco centavos)

LOTE 11

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	15	und	Torrada Integral 150 gr (mín); <i>Bauduco</i>	2,79	41,85
2	10	und	Biscoito maisena 370 gr (mín); <i>Ninfa</i>	2,99	29,90
3	20	und	Macarrão Espaguete 500 gr; <i>Ninfa</i>	1,90	38,00
4	10	und	Macarrão Parafuso 500 gr; <i>Ninfa</i>	2,42	24,20
5	3	und	Batata Palha, embalagem de 1kg; <i>Gol</i>	12,00	36,00
					169,95

Valor total do LOTE 11: R\$ 169,95 (cento e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

LOTE 12

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	30	und	Massa de pastel 500 gr. c/ 20 und; <i>D'boa</i>	4,49	134,70
2	10	und	Massa lasanha 500 gr; <i>D'boa</i>	4,65	46,50
					181,20

Valor total do LOTE 12: R\$ 181,20 (cento e oitenta e um reais e vinte centavos)

Valor total da Ata: R\$ 5.572,42 (cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos)

1.2 A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela Secretaria deverá atender às seguintes exigências:

1.2.1 – Fornecer o objeto conforme solicitado no edital.

1.2.2 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 11 (onze) meses, expirando em 31 (trinta e um) de dezembro de 2017.

2.2 Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8666/93, durante o prazo de validade desta Ata de



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

Registro de Preços, o Município de Mercedes não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESA:

3.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.013.08.243.0013.6001 – Proteção às Crianças, Adolescentes e Jovens.

Elemento de despesa: 33903014; 33903016; 33903021; 33903023; 33903024

Fonte de recurso: 000, 505, 880

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pedido de pagamento deverá ser devidamente instruído com Nota Fiscal referente ao fornecimento efetuado e deverá conter o número do Edital e assinatura do titular da Secretaria requisitante do Município de Mercedes no seu verso.

4.2. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, se este, à época correspondente, não apresentar comprovação relativa à manutenção da regularidade fiscal exigida no Edital de Licitação do Pregão Presencial nº. 16/2017.

4.3 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal.

4.3.1 A mora injustificada sujeitará o Município de Mercedes ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IGP-M verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu.

4.4 O Município de Mercedes poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.6 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou

Pág 5/12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1 O fornecimento iniciará a partir de fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), sendo que a entrega do objeto dar-se-á em até 05 (cinco) dias após a sua solicitação, mediante e de acordo com a entrega da Ordem de Compra, devendo ser entregue no Município de Mercedes, nas dependências do Projeto Piá "Luz do Amanhã", localizado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, Centro, na sede do Município de Mercedes.

5.1.1 A entrega do objeto deverá ser efetuada no horário de expediente desta municipalidade (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00h e das 13:30 às 17:00h), sendo que a mesma deverá ser acompanhada por representante do Projeto Piá "Luz do Amanhã", interessado na utilização do objeto

5.1.2. Excepcionalmente, mediante requerimento fundamentado e deferido pela autoridade competente do Município, poderá o prazo de entrega do objeto ser prorrogado.

5.1.3 O Município fica desobrigado da execução total do objeto, caso não haja a real necessidade de consumo do mesmo.

5.1.4. A entrega do objeto deverá ser feita conforme requisição, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

5.2 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pelo fornecedor no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Do Município:

6.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados do fornecedor;

6.1.2. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do objeto licitado, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, seus Anexos e da Ata;

6.1.3. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas e defeitos verificados;

6.1.4. Vistoriar o objeto da licitação, a fim de verificar sua compatibilidade com a especificação técnica constante do instrumento convocatório e seus anexos.

Pág 6/12

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85.998-000 - Mercedes - PR.

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

6.1.5. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

6.1.6. Aplicar à Detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

6.2 Da Detentora da Ata:

6.2.1. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

6.2.2. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.3. Executar o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

6.2.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.5. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;

6.2.6. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes deste Edital de Pregão e em seus Anexos;

6.2.7. Executar diretamente a Ata, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo município de Mercedes;

6.2.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto;

6.2.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade e desempenho do objeto fornecido;

6.2.10 Comunicar por escrito o MUNICÍPIO qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

7.1. Adicionalmente, deverá o FORNECEDOR:

Pág 7/12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

7.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Mercedes;

7.1.2. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no ato do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Sede Administrativa do MUNICÍPIO;

7.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

7.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Pregão.

7.2. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao MUNICÍPIO, nem poderá onerar o objeto desta Ata, renunciando o FORNECEDOR expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

7.3. É expressamente proibida ao fornecedor a veiculação de publicidade acerca da Ata, salvo se houver prévia autorização do Município de Mercedes.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA FORNECEDORA

8.1. Deverá a FORNECEDORA observar, ainda, o seguinte:

8.1.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Mercedes, ou que nele ocupe cargo de confiança, durante a vigência desta Ata;

8.1.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Ata, salvo se houver prévia autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1 - As contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Ordem de Compra pela detentora.

9.2 A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Pág 8/12

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85.998-000 - Mercedes - PR.

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

9.3 Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Ordem de Compra competente.

9.4 A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, a mesma deverá ser devolvida, juntamente com a Nota Fiscal a que se refere, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Ordem de Compra, sujeitará a detentora da Ata, às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

10.1.1 Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da Ata, pelo descumprimento de obrigações fixadas.

10.1.2 Advertência, multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata e suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO e pessoas jurídicas pelo mesmo controladas ou subvencionadas, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, sem prejuízo das demais cominações legais.

10.1.3 Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e pessoas jurídicas pela mesma controladas ou subvencionadas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito a ampla defesa e contraditório, quando:

10.1.3.1. Deixar de assinar a Ata;

10.1.3.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto do Pregão;

10.1.3.3 Não mantiver a proposta, injustificadamente;

10.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.3.5. Fizer declaração falsa;

10.1.3.6. Cometer fraude fiscal; e

10.1.3.7. Falhar ou fraudar na execução da Ata.

10.1.4 declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja

Pág 9/12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

promovida a reabilitação, facultado a detentora da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

10.3 Da aplicação das penas definidas nos sub itens 10.1.1 a 10.1.3, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

10.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

12.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

12.1.2 - a detentora não retirar qualquer Ordem de Compra, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

12.1.3 a detentora der causa a rescisão administrativa de ata decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

12.1.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de ata decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

12.1.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

12.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

Pág 10/12

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (45) 3256-8000 - CEP 85.998-000 - Mercedes - PR.

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

12.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

12.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94.

12.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 05 (cinco) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

13.1 - A contratação dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras (ou à Comissão de Acompanhamento do Sistema de Registro de Preços), os quantitativos das aquisições.

13.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2017 e a proposta da detentora da presente ata classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

15.2 A execução da Ata de Registro de Preços será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal n.º 023/2007, de 27/03/2007 e Decreto Municipal nº 146, de 12 de dezembro de 2011.

15.3 A execução e fiscalização do Objeto deste contrato serão de responsabilidade do(a) Secretário(a) de Assistência Social.

Pág 11/12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ata de Registro de Preços nº 37/2017

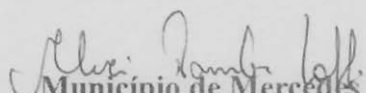
15.4 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 146/2011, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

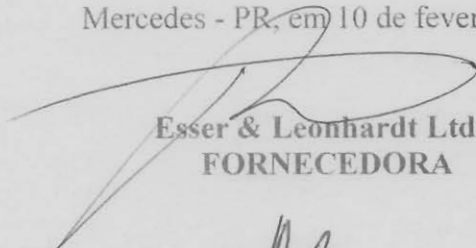
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

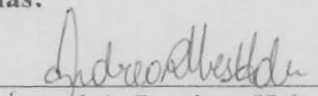
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, MUNICÍPIO e FORNECEDORA, e pelas testemunhas abaixo.

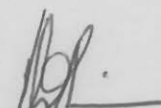
Mercedes - PR, em 10 de fevereiro de 2017.


Município de Mercedes
MUNICÍPIO


Esser & Leonhardt Ltda.
FORNECEDORA

Testemunhas:


Andréa R. Alves Hahn
RG nº 7.170.368-1


Vilson Martins
RG nº 4.491.835-8

Pág 12/12





Município de Mercedes

Estado do Paraná

DECISÃO

CÓPIA

Requerimento n.º 204/2017

Objeto: Pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

Requerente: Esser e Leonhardt Ltda

Ata de Registro de Preços n.º 37/2017

Pregão Presencial n.º 16/2016

Trata-se de pedido formulado por Esser e Leonhardt Ltda, no âmbito da Ata de Registro de Preços n.º 37/2017, que visa a majoração, em recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, do item 02 do Lote 06 (Coxa e sobre coxa de frango) e do item 01 do Lote 11 (Torrada integral 160g).

Alega que a equação econômico-financeira encontra-se abalada em face do aumento do custo de aquisição produto.

Inicialmente, cumpre destacar que a pretensão da Requerente, em tese, encontra respaldo jurídico no âmbito constitucional e infraconstitucional, assim como, no contratual.

Neste sentido, destaca-se que o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, assegura aos contratados pelo Poder Público, além do óbvio direito a percepção dos pagamentos lhe devidos, a manutenção das condições efetivas da proposta, em clara proteção a expectativa da contraprestação calculada em função dos fatores e conjunturas contemporâneos a época da elaboração da oferta.

No campo da legislação ordinária, há que se ressaltar que o art. 65, II, "d" disciplinou o mandamento constitucional supramencionado ao estabelecer que os contratos administrativos poderão ser alterados, por mútuo acordo, para o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste.

Em âmbito municipal, o Decreto n.º 096, de 5 de setembro de 2016, que regulamenta o sistema de registro de preços, expressamente prevê a possibilidade da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ao estabelecer, em seu art. 11, § 3º, que "a ata de registro de preços, assim como os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993". E, ainda, ao prescrever, no art. 16, que "os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993".

O próprio Governo Federal, através do Decreto n.º 7.892/2013 previu expressamente a possibilidade da utilização do instituto ao consignar no art. 17 que "os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993".

lh



Município de Mercedes

Estado do Paraná

A Ata de Registro de Preços em questão, por seu turno, previu expressamente a possibilidade do pleiteado em sua cláusula décima primeira, ao estabelecer que "fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença".

Para deferimento do pedido, entretanto, necessário se faz a presença dos requisitos ensejadores da recomposição, quais sejam: a ocorrência, superveniente, de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

No caso em comento, ao menos no momento, não se pode aferir a ocorrência superveniente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

Isto porque, para aferição do desequilíbrio que justificaria eventual revisão de preços, necessário se faz a comprovação do custo dos itens a época da licitação, bem como, o custo atual.

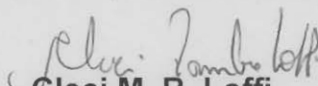
No caso do item 02 do Lote 06 (Coxa e sobre coxa de frango), são apresentados Danfe's relativos a Notas Fiscais Eletrônicas de 02/03/2017 e de 14/03/2017, ambas, pois, posteriores a sessão de abertura e julgamento das propostas de preços e da própria proposta escrita da Requerente, datadas de 07/02/2017. Neste caso, não há como se aferir o custo do item a época do certame.

Já no caso do item 01 do Lote 11 (Torrada integral 160g), são apresentados Danfe's relativos a Notas Fiscais Eletrônicas de 20/09/2016 e de 31/01/2017, ambas, pois, anteriores a sessão de abertura e julgamento das propostas de preços e da própria proposta escrita da Requerente, datadas de 07/02/2017. Aqui, por já saber de antemão do preço do item, poderia a Requerente ter orientado a elaboração de sua proposta/lances.

Assim, face o exposto, INDEFIRO o pedido em tela, haja vista a não comprovação do alegado desequilíbrio econômico-financeiro.

Intime-se! Arquive-se!

Mercedes - PR, 03 de abril de 2017


Cleci M. R. Loffi
PREFEITA

RECEBIDO
EM
03-04-2017